


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos  
FORO DE SÃO CARLOS  
VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Rua D. Alexandrina, 215

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3307-4100 - E-mail: saocarlosfaz@tjsp.jus.br

**SENTENÇA**

Processo nº: **0008098-71.2013.8.26.0566**  
Classe - Assunto: **Procedimento Sumário - Acidente de Trânsito**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Daniel Felipe Scherer Borborema

**CONCLUSÃO**

Aos 13/11/2013 14:26:53 faço estes autos conclusos ao  
Meritíssimo Juiz de Direito Auxiliar de São Carlos. Eu, esc.  
subscrevi.

**RELATÓRIO**

**JURANDIR GONÇALVES DE ALMEIDA** propõe ação de reparação de danos contra **MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS** aduzindo que em 22 de dezembro de 2012, trafegava pela Avenida Tancredo Neves, sentido bairro-shopping quando, próximo ao número 166 passou por cima de um buraco existente na mencionada avenida. Aduz que regularmente trafegava por aquela avenida e que tal queda ocasionou-lhe prejuízos da ordem de R\$ 749,50. Juntou fotos (fls. 14/15). Sob tais fundamentos pediu a condenação do réu ao pagamento do valor que desembolsou corrigido desde a data do efetivo prejuízo.

O réu contestou (fls. 26/34) afirmando que pela foto trazida pelo próprio autor, o buraco existente dificilmente poderia provocar as avarias indicadas. Aduziu, ainda, que, se o motorista estivesse dirigindo com os cuidados indispensáveis à segurança no trânsito, haveria a possibilidade de desviar do buraco existente na via pública. Impugnou, ainda, expressamente, o documento de fls. 17. Requereu a improcedência da ação.

O processo foi saneado (fls. 38) determinando-se a produção de prova oral. Ouviu-se o autor em depoimento pessoal (fls. 47) e uma testemunha, arrolada por ele (fls. 49).

Encerrada a instrução, e em alegações finais, as partes ratificaram suas manifestações anteriores.

**FUNDAMENTAÇÃO**

A ação é procedente. O autor comprovou razoavelmente a falha na prestação do serviço, por parte da Administração Pública, o dano suportado em seu veículo e o nexo de causalidade entre um e outro.

O autor fotografou o buraco na via pública, que causou o acidente (fls. 14).

**0008098-71.2013.8.26.0566 - lauda 1**


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos  
FORO DE SÃO CARLOS  
VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Rua D. Alexandrina, 215

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3307-4100 - E-mail: saocarlosfaz@tjsp.jus.br

Fotografou, também, o estado em que ficou a roda do automóvel por conta do ocorrido (fls. 15). Trouxe aos autos prova documental das despesas necessárias para os reparos (fls. 16/19). E arrolou como testemunha o mecânico que trocou a correia e o coxim do motor (fls. 49), o qual: confirmou que o autor ligou na oficina dizendo que havia caído em um buraco, levando o veículo para conserto; declarou que viu a roda danificada, e que quanto à troca da correia do alternador, seu rompimento é possível em acidentes deste tipo.

Tal contexto probatório convence o juízo da responsabilidade do réu.

A culpa exclusiva da vítima não foi demonstrada. Como se pode alegar culpa exclusiva se houve falha na prestação do serviço de manutenção das vias públicas? A testemunha ouvida (fls. 49) declarou que há dias o buraco estava lá. Não havia sequer sinalização anunciando a existência do buraco. Em tais circunstâncias, preponderante a *faut du service* na causação do resultado. É dever do Município manter as vias públicas em condições seguras, não o tendo feito.

Quanto ao valor da indenização, o acidente, segundo a prova colhida, realmente exigiu: alinhamento e balanceamento (fls. 16) no mesmo dia 22; troca de correia (fls. 17), como declarado pela testemunha (fls. 49); troca da roda e serviços no eixo traseiro (fls. 17/18), salientando-se que o entortamento do eixo traseiro foi mencionado pelo autor em depoimento pessoal (fls. 48) e já havia sido referido por ele no BOPM (fls. 12/13). Logo, aceitam-se os valores postulados na inicial.

### **DISPOSITIVO**

Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE a ação e CONDENO o réu a pagar ao autor a quantia de R\$ 749,50, com atualização monetária e juros desde dezembro/2012, atualização na forma da Tabela do TJSP para débitos da fazenda pública, e juros na forma da Lei nº 11.960/09; CONDENO o réu, ainda, em honorários advocatícios que arbitro, por equidade, em R\$ 724,00.

Sem reexame necessário.

P.R.I.

São Carlos, 11 de fevereiro de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**